

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 28 DE AGOSTO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSOES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —
Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —
Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —
Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Ba-
raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —
Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Cláudio Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-
tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — An-
tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P.
Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin
— Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —
Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.
— Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-
se Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —
Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 150.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 28 de Agosto de 1973 — (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Antônio Lopes Júnior e David Federmann.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Domicio Scaramella — Ivo Rocha — João Fadel — Lázaro Dumont — Paulo Camargo — Wilson Brandão e Wilson Fortes (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
destinada à apreciação de Votos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 161-73, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 114-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual, na sede do Município de Dr. Camargo para entrar em funcionamento no próximo ano letivo. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 29, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 167-73.

Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 151.ª Sessão Ordinária Realizada em 28 de Agosto de 1973 — (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes, os seguintes Srs. Deputados: Domicio Scaramella — Ivo Rocha — João Fadel — Paulo Camargo — Wilson Brandão — Lázaro Dumont e Wilson Fortes (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 72-73.

— de autoria do Senhor Deputado Borsari Neto, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.ºs. 133-73 e 135-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve e, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Coronel da Polícia Militar Senhor Germano do Nascimento.

Outrossim, solicita da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada.
Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1973.

(a) — Fabiano Braga Côrtes

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhorita Claudete Baroni, ocorrido nesta Capital, domingo último, dia 26.

O desaparecimento prematuro de Claudete Baroni, que gozava de grande conceito no mundo teatral paranaense, repercutiu intensamente na sociedade e classe artística de Curitiba.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente Requerimento, dele se dê ciência à ilustre família enlutada, à Rua Jovino do Rosário, 500 — Bairro Boa Vista.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1973.

(a) — Fabiano Braga Côrtes

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a suspensão da Sessão Plenária no próximo dia 06, dedicando-se o expediente para os Trabalhos das Comissões Técnicas da Casa.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1973.

(a) — Paulo Poli

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requerem, ouvido o Plenário, seja dirigido apelo aos Senhores Secretários dos Transportes e Diretor do DER, no sentido de serem procedidas as obras de alargamento e revestimento da estrada PR-11, ligando Sengés, São José da Boa Vista e Wenceslau Braz, atingindo a Rodovia BR-1.

Trata-se de medida necessária ao desenvolvimento daquela Região, que tem na referida Rodovia o único meio de escoamento da produção agrícola local.
Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1973.

(aa) — Aginaldo Pereira Lima
Gabriel Manoel

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, seja endereçado expediente ao Exmo. Senhor Doutor Walter Perachi Barcelos, diretor do Banco do Brasil região Sul, solicitando a instalação de uma agência do Banco do Brasil na cidade de Marialva.

Trata-se de cidade que tem se destacado na produção agrícola e cafeeira, cuja população há muito vem desejando ver o Município dotado desta agência do nosso principal estabelecimento de crédito do País.

O atendimento da solicitação ora formulada será uma grata recompensa pelo grande trabalho que a população de Marialva vem desenvolvendo, enquadra-
drada que está no espírito desenvolvimentista do Brasil.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1973.

(a) — Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, seja formada uma Comissão Especial de três Deputados para tratar pessoalmente com o Governador Emilio Gomes da necessidade de ser antecipado para a partir de primeiro de setembro a vigência do aumento salarial a ser concedido para o funcionalismo público estadual.

O diálogo com o Governador dará oportunidade de se ponderar sobre as privações que a classe vem passando, quase sem condições de esperar até outubro a melhoria de seus salários.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1973.

(a) — Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário, o registro em Ata, na Sessão de hoje, de um voto de congratulações com o Professor Oscar Martins Gomes, que, amanhã, dia 29, receberá o título de "Cidadão Honorário" do Estado da Guanabara, por ter escrito a obra intitulada "Carnaval Carioca... e outros flagrantos do Rio".

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1973.

(a) — João Mansur

JUSTIFICATIVA:

O Professor Oscar Martins Gomes, catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, paranaense de nascimento, depois de cursar a Faculdade de Direito, em nossa Capital, concluiu o seu curso no Rio de Janeiro. Foi lá que se iniciou em sua carreira profissional e teve a feliz inspiração de escrever o livro "Carnaval Carioca... e outros flagrantos do Rio de Janeiro", abordando em poemas épicos e carnavalescos com flagrantos do Rio de Janeiro.

Foi essa obra, hoje conhecida no mundo literário brasileiro, que lhe abriu as portas ao reconhecimento do povo carioca que, amanhã, através dos seus legítimos representantes na Assembléia Legislativa, lhe outorgará o honroso título de "Cidadão Carioca". Não resta dúvida que essa honraria conferida ao ilustre paranaense, engalana a nossa cultura e o nosso povo, ao qual se associa, jubilosamente, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Cumpre assinalar, também, que o Professor Oscar Martins Gomes se destaca, ainda como um dos nossos grandes juristas, além de exercer a cátedra na Faculdade de Direito da Universidade do Paraná.

Ao encerrar estas breves considerações sobre a personalidade do Professor Oscar Martins Gomes, requeremos igualmente, seja transcrito nos Anais da Casa, um artigo de sua própria autoria, inserido hoje no "Diário do Paraná", sob o título "Cidadão Carioca Honorário", no qual ele focaliza aspectos de sua vida, no Rio de Janeiro, bem como os motivos que o levaram a escrever a obra citada. Por tudo isso, também o consideramos merecedor do nosso aplauso e das nossas calorosas congratulações.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 188-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica criado o Município de Nova Prata, com sede e divisas do atual Distrito do mesmo nome, desmembrado do Município de Salto do Lontra.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data em que obtiver a aprovação de que trata o Art. 1.º, Parágrafo Único, do Ato Complementar n.º 46, de 7 de fevereiro de 1969.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1973.

(a) — Arizone Araújo

JUSTIFICAÇÃO: — O Distrito de Nova Prata, que pretendemos transformar em Município com o presente Plano de Lei, preenche todos os requisitos exigidos pela legislação pertinente, e é uma velha aspiração de seu povo. A própria Câmara Municipal de Salto do Lontra, Município do qual Nova Prata vai ser desmembrado, reconhece isto em expediente encaminhado ao subscritor do presente. Além do mais, pelas suas extraordinárias condições socio-econômicas, será a nova unidade administrativa uma grande célula geradora de progresso na Região Sudoeste do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.
Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Arizone Araújo.

O SR. ARIZONE ARAÚJO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.
Ocupamos a Tribuna na tarde de hoje para trazermos aqui a nossa solidariedade à imprensa paranaense que desencadeou uma luta em prol de uma causa há tanto tempo reivindicada pelo Sudoeste Paranaense.

Trata-se da construção das estradas daquela região. Agradecemos esse avivamento do problema da Região Sudoeste, que já sentimos os resultados, pois o próprio Governo do Estado, sensibilizou-se com o problema, assim como o Secretário dos Transportes, o Diretor do DER, tendo mobilizado suas equipes para atendimento desse angustiante problema.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apresentamos um Projeto de Lei, criando mais um Município naquela promissora Região do Sudoeste. Trata-se do Município de Nova Prata, que será desmembrado do Município de Salto do Lontra; distrito este que tem lutado muito para alcançar a sua emancipação. Cremos que com o apoio de todos os Senhores e o enquadramento na legislação vigente, teremos mais esse objetivo alcançado.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O assunto que me traz à Tribuna é muito semelhante àquele que aqui trouxe o orador que me antecedeu, o nobre Deputado Arizone Mendes Araújo.

Problemas rodoviários do Sudoeste paranaense; a gravidade da situação das estradas da região; têm sido proclamados desta Casa pelos diversos Deputados que aqui representam o Sudoeste paranaense, independente de partidos. Sobre tudo a necessidade urgente do asfaltamento da Rodovia que liga Pato Branco a Francisco Beltrão, sem se falar nas demais estradas, entre as quais aquela que liga Francisco Beltrão à Região da Fronteira; e ainda aquela que liga Barracão à cidade de Capanema, passando por Pérola do Oeste e por Planalto, estrada que já recebeu a denominação de Estrada do Inferno. Se aquela pode ser chamada, Sr. Presidente, Srs. Deputados de Estrada do Inferno, as demais não estarão muito longe dela e poderão ser denominadas de estradas do purgatório. Só aqueles que transitam pelo Sudoeste paranaense, sobretudo em época chuvosa, podem avaliar a situação daqueles caminhos e a dificuldade de que o estado daquelas estradas determinam ao desenvolvimento regional. Por isso, eu, homem de oposição, não poderia deixar de manifestar aqui a minha satisfação quando ouço pelo noticiário das emissoras de TV hoje, ao início da tarde, que S. Exa. o Governador Emílio Gomes dispõe-se a deslocar-se para o Sudoeste paranaense até o fim da semana em curso para examinar "in loco" a situação das estradas do Sudoeste paranaense.

Quero dizer à S. Exa., como representante da Oposição, que os sete Prefeitos do MDB no Sudoeste paranaense aguardam também a esperada visita de S. Exa. à Região porque entendem que este é o caminho certo de administrar.

Temos à certeza de que a presença do Governador Emílio Gomes no Sudoeste, sobretudo nesta época chuvosa, tão incômoda para viagens, haverá de dar à S. Exa. a dimensão exata e a procedência dos reclamos feitos pelos homens que representam o Sudoeste paranaense.

Quero fazer um apelo ao Governador Emílio Gomes para que S. Exa. determine o pronto asfaltamento da estrada que liga Pato Branco a Francisco Beltrão e providencie com urgência a correção e melhor conservação, dando elementos aos responsáveis pela Diretoria do DER naquela região para que possam conservar e dar melhor atendimento às estradas o que não vem sendo feito — diga-se, por espírito de justiça — não por culpa dos que têm a responsabilidade da Diretoria do DER no Sudoeste, mas por ausência de material adequado na sede daquele Departamento.

Meus aplausos ao Governador do Estado pela decisão de visitar o Sudoeste paranaense, para observar o estado das estradas de nossa Região.

Gostaria, como homem da Oposição, de ver S. Exa. determinar o asfaltamento da rodovia que liga Pato Branco a Francisco Beltrão e assim S. Exa. procedendo, sem dúvida alguma estaremos entre os Deputados do Governo no dia em que S. Exa. for inaugurar a obra, aplaudindo o gesto de S. Exa. com o mesmo carinho, com o mesmo ardor porque na verdade aquela estrada representa para o Sudoeste fator vital de desenvolvimento de sua economia.

Cumprimento o Governador do Estado pela decisão de visitar o Sudoeste para verificar "in loco" o problema das estradas.

Confio em que providências serão tomadas e S. Exa. mercará os resultados não só dos homens do Governo, mas também dos homens da Oposição porque decisões acertadas e que beneficiam a Região trarão para seu lado todos que lá vivem e trabalham, independentemente de colaboração partidária. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

— Esta Presidência tem a satisfação de anunciar as presenças, em Plenário, do Sr. Antônio Saraiva, ilustre Prefeito de Arizona, e do Sr. Antônio Paiva Contelmo, Prefeito de Francisco Beltrão.

— Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Muggiati Filho. — (Discurso proferido pelo Sr. Deputado, apresentando um comunicado firmado pelo mesmo, na qualidade de Presidente do M.D.B. do Paraná).

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Antes de proceder a leitura, para seu registro nos Anais da Casa, de um comunicado que fazemos, em nome do Diretório Regional do MDB, da propósito de acontecimentos aqui ontem abordados, desejamos, em razão de ter sido referido o nosso nome nos debates do dia de ontem, e a sua vinculação ao Município que temos a honra de representar nesta Casa, fazer também as anotações necessárias. Ocupando a nossa função na Mesa, e saindo dessas funções para um aparte, quando já terminava sua oração meu nobre companheiro de Bancada, Deputado Sebastião Rodrigues, para lhe dizer, num aparte

que, não só sob seu aspecto partidário, endossava as suas palavras como também dizer que era digno de registro as presenças, em Arapongas, no último sábado, de dois Secretários de Estado, o da Educação, Deputado Cândido Martins de Oliveira e o de Obras Públicas, Dr. Osiris Guimarães, acompanhados entre outras autoridades, pelo nosso ilustre colega desta Assembleia Deputado Quilse Crisóstomo.

Queremos registrar que, sem finalidades político-partidárias realmente, os Governos do Estado e do Município e representantes do povo de Arapongas estiveram juntos e juntos inauguraram uma obra de importância no setor educacional, obra essa iniciada ao tempo, é preciso que, também, se diga, do Governo Municipal anterior.

Gostaríamos de registrar que se sempre defendemos que o interesse comum se sobrepõe ao interesse partidário, e que quando se trata de legislar ou de fazer alguma coisa atendendo a reivindicações e necessidades do povo não existe, como que desaparece o partidismo político dos homens que neste momento são encarregados de exercer as atividades. Não vemos nisso, também, nada mais, nada menos do que a mais precípua das atribuições dos governantes, porque ninguém foi eleito senão para, em nome do povo, exercer o Governo e consequentemente trabalhar pelo povo.

Daí entendemos que assim como os Municípios prestam sua colaboração para o Governo do Estado, indistintamente, governados pelos Prefeitos da Arena e do MDB através, muitas vezes, de Convênios onerosos, o Estado procura hoje, cada vez mais, aliviar de seus ombros a carga administrativa nos setores da educação, nos setores da segurança, nos setores do problema social. Em razão disto, os Municípios entram com seus tesouros, com suas atividades em favor da administração do próprio Estado. É negável que o Estado no exercício de sua administração, aquele que o representa, deve agir sem discricionarismo, agindo por conseguinte como um verdadeiro e legítimo governante.

Feito esse reparo, gostaria ainda de dizer porque, em nosso comunicado, defendemos acima de tudo a evolução da classe política para um plano mais digno daquela que ela vem ocupando atualmente no cenário nacional. Devo dizer, repito, que os dados estatísticos que interessam à classe política como grupo ou como poder real de grupos, nos são de todo desfavorável.

Vejam os Senhores, e eu vou citar alguns números da estatística que a Revista de Ciências Políticas, editada pela Fundação Getúlio Vargas, do mês de Junho de 1973, nos traz a mostra que há dez anos, e aqui diz, "há 10 anos no Governo Presidente Kubitschek, em primeiro lugar como poder real dos grupos, os grandes industriais, que detinham 26%; os militares 10%; os operários 2%; os políticos 50%; os banqueiros 8%; os comerciantes 2%, e altos funcionários públicos 2%. Em primeiro lugar, atualmente, os grandes industriais baixaram de 26 para 10%; os militares subiram de 10 para 64%; os profissionais liberais aparecem agora em primeiro lugar, quando não apareciam em primeiro lugar há dez anos atrás, e só em segundo lugar, com 20%, aparecem agora com 6%. Em primeiro lugar ainda não figuram na classificação os banqueiros com 12%, os altos funcionários públicos com 8%".

Onde figuram os políticos, e qual a sua percentagem, hoje como poder real dos grupos, perguntarão Vv. Exas.?

E aqui está a classificação dos políticos:

"Em segundo lugar, com 24%, em igualdade de condições com altos funcionários públicos, que também contam, em segundo lugar, com 24%; contando ainda, em segundo lugar, os banqueiros, com 18%; os comerciantes, com 2%; os profissionais liberais, com 2% os militares com 12%; grandes industriais, 16%".

Desapareceram da classificação os políticos, entre os que se situam em primeiro lugar, e os empregados, que anteriormente se situavam em 2.º lugar com 2%, não mais figuram nesse quadro.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).
O quadro classificatório que V. Exa. lê no momento, da Tribuna, refere-se à distribuição de poderes?

O SR. MUGGIATI FILHO — Do poder real dos grupos.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Mas incrustrado?

O SR. MUGGIATI FILHO — Há dez anos e atualmente, conforme a percepção dos empresários.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Indago à V. Exa. da situação real de grupos no Estado, do Executivo, do Governo e postos de mando.

O SR. MUGGIATI FILHO — A classificação geral trata sobre um levantamento feito em cargos públicos.

O Sr. Luiz Roberto Soares — A pesquisa refere-se ao Brasil?

O SR. MUGGIATI FILHO — Refere-se ao Brasil.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Autoria de quem?

O SR. MUGGIATI FILHO — De Maria Antonieta Leopoldo.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Reservo-me de, posteriormente, fazer comentário se V. Exa. permitir.

O SR. MUGGIATI FILHO — Aqui se trata realmente de cargos eletivos.

O grupo político é o que é eleito. Entendemos que a classe política é aquela que disputa as eleições, que pratica a política, está junto do povo tratando de interesses políticos.

... O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). ...

Esta mensagem que V. Exa. acaba de trazer, ela diz respeito à participação pelas diferentes classes sociais, no caso, é cargo de responsabilidade ou cargo público. Isto a que V. Exa. quer se referir, que há dez anos a classe política detinha 50% destes cargos, foi baixado nestes últimos 10 anos para 24 ou 26%? Gostaria...

O SR. MUGGIATI FILHO — Vou ler um trecho do trabalho feito, respondendo à sua indagação. Mas gostaria de acentuar, que não viria o caso a ser abordado, porque o assunto se alongaria e eu fugiria do meu objetivo principal nesta data, de que também dentro da própria representação política, está havendo um desgaste das classes que os políticos representam, demonstrando através de um exame que no Estado da Guanabara 40% dos representantes da Casa legislativa são homens ligados empresas e que exercem cargos técnicos e de acessoria. Consequentemente, está desaparecendo a representação das classes trabalhadoras e de menor acesso aos meios de se fazer eleições no Brasil.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sei que o objetivo de V. Exa. na Tribuna, como deixou transparecer, é outro e não o tempo que vamos nos referir em aparte. Entretanto, peço excusas a V. Exa. por vir talvez desviar o raciocínio de V. Exa.

O SR. MUGGIATI FILHO — É sempre um prazer enorme e uma honra, dialogar com V. Exa.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Obrigado. Vemos que o quadro trazido por V. Exa. deixa antever em sua conclusão que há um progressivo esvaziamento da classe política em contrapartida muito crescente da participação dos militares nos postos-chaves da administração, ou do setor público.

Também constato esta realidade; mas é preciso que se tenha em mente que tal fato, quem sabe, tenha uma explicação sociológica perfeitamente clara.

Primeiro, porque, na medida em que se tecnicizaram as decisões, havia necessidade de suprir os quadros ditos gerenciais da administração pública; e, numa determinada fase da história brasileira, talvez tenha sido o Exército Nacional, o único a dispor de quadro treinado para a administração pública. Não considero um quadro positivo estou apenas constatando a realidade brasileira, sem fazer um julgamento de valor...

O SR. MUGGIATI FILHO — Irei em seguida me cingir a esta estatística. O Sr. Luiz Roberto Soares — Não estou duvidando da afirmação de V. Exa. Porque independente da estatística, isto é constatado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Também não estou fazendo referências a este sentido de que V. Exa. esteja duvidando.

Se não estou percebendo mal o sentido das palavras de V. Exa. também não estou dando este munho de que tivesse sido este esvaziamento provocado por algum acontecimento excuso, por assim dizer. Mas estou apenas alertando à Casa que é uma Casa essencialmente política para a sua tarefa de reconstrução no que nós não somos contestados. nunca o fomos, pela classe, pelo poder militar, que sempre pregou o revigoramento político e o entrosamento entre civis e militares, que eu entendo valioso.

A "fonte, quadros 12 e 13", "Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes..."

O Sr. Luiz Roberto Soares — De Fernando Henrique Cardoso.

O SR. MUGGIATI FILHO — ... "1.971, página 133, de Fernando Henrique Cardoso".

"Perderam poder grandes industriais e políticos; ganharam poder políticos, militares, banqueiros, altos funcionários públicos. Exatamente de Fernando Henrique Cardoso".

O Sr. Luiz Roberto Soares — Exatamente, quando V. Exa. citava, só por mera casualidade conheço o autor do livro que é um dos sociólogos mais promissores da nova geração de intelectuais brasileiros.

A tese do livro é esta de que se percebe hoje no continente latino americano, em especial no Brasil, um crescente esvaziamento da classe dita política e um crescente revigoramento das classes armadas.

Estava dizendo a V. Exa. que isto tem uma explicação sociológica aceitável. O País chegou a uma determinada fase de seu desenvolvimento que havia necessidade de pessoal especializado para as tarefas da administração pública, pois as decisões eram levadas a âmbito mais requintado tecnicamente. E quem poderia suprir os quadros gerenciais da administração seriam os militares e alguns administradores treinados na área da classe privada. Mas essa constatação realmente serve e deverá servir de advertência à classe política brasileira porque o que se percebe é que se terá que fazer uma reciclagem para reassumir as tarefas de liderança na condução da coisa pública e política, em última instância, é uma forma de conduzir a coisa pública. Aproveitando a amável gentileza em me conceder o aparte, diria a V. Exa. que a política é uma atividade permanente na sociedade humana. De maneira que ainda que não ostente este nome, todo aquele que tem poder de decisão, quer queira ou não, assume sempre um comportamento político porque seu ato tem repercussão pública e qualquer ato que tiver repercussão pública direta na sociedade está revestido do que se pode denominar com certa afetação de politização.

Acho um tema fascinante e própria a V. Exa. que em outra oportunidade mantivéssemos um diálogo a propósito deste tema que não é só fascinante, mas necessário para que esta Casa comece a sua reciclagem tão necessária.

Agradeço o aparte que me concedeu e quero congratular-me pela linha de seu pronunciamento altamente politizado e de grande relevância para o momento atual em que vivemos.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sou grato a V. Exa. não só pelas bondosas referências feitas, mas, principalmente, pelo conteúdo valioso dos conceitos ora emitidos por V. Exa., cuja conduta nesta Casa tem sido sempre, de modo exemplar, a de valorização do Poder Legislativo que, acredito, é o objetivo primordial de todos que aqui se encontram.

Gostaria, finalmente, de fazer uma ressalva quanto à figura pessoal, à pessoa do Dr. Octávio Cesário Pereira que independente do cargo que exerce no Governo, é um colega militante de foro de uma cidade vizinha à minha.

De longa data temos militado no foro de Cambé, Londrina, Arapongas. de modo que existem relações pessoais, que prezo muito, entre mim e S. Exa., não indo, consequentemente, na discussão e na decisão adotada pelo MDB um envolvimento destas relações pessoais.

É muito difícil separar-se a pessoa do cargo, porque em geral não se entendem os aferimentos e opiniões noutro sentido, senão no pessoal. Temos contudo evitado o aspecto e os casos pessoais, porque no trato do interesse público a pessoa física, em si, desde não seja ela autora do ato público em exercício de caráter pessoal, nada tem a ver com a coisa e com os interesses públicos.

"DIRETÓRIO REGIONAL DO M.D.B. DO PARANÁ COMUNICADO

Entendemos que é de nosso dever trazer, ao conhecimento do povo paranaense, muito especialmente, dos eleitores e dos Líderes da Oposição e, por igual, aos nossos irmãos de todo o Brasil, a palavra oficial do nosso Partido sobre recente episódio inicial das atividades políticas do recém formado Governo do Estado.

Fazemos referência ao fato noticiado pela conceituada "Folha de Londrina" (edição de 24 de agosto último) em primeira página, sob o título — "Prefeito muda-se para a Arena", onde se lê, textualmente, o seguinte:

"O Prefeito Orlando Sales Striquer, de Jataizinho, em visita feita ao Governador Emílio Gomes na tarde de ontem, anunciou a sua passagem para a Arena. O Prefeito estava acompanhado do Secretário do Interior e Justiça, Octávio Cesário, que cuidou da transferência de Partido. Striquer foi eleito pelo MDB e surpreendeu os meios políticos com a sua transferência para o Partido situacionista".

O fato revela o ato de traição e pressão partidárias, solenemente celebrado entre um transfuga do MDB e o Secretário do Interior e Justiça, representante de uma das pastas estruturais do Governo — a política. De um lado, a covardia; de outro, o abuso do poder de autoridade.

Livemente o Sr. Orlando Striquer ingressou no MDB e se fez candidato a prefeito municipal de Jataizinho; após sua assinatura, que ele não soube honrar, nos papéis de filiação, de convenção, de registro e de posse no cargo que ocupa. Alcançou sob a legenda emedebista a mais extraordinária soma de poderes que numa democracia se pode dar a um homem; a que nasceu da legitimidade de seu mandato e da confiança que em si foi depositada, pelo povo e pelo Partido.

Nenhum motivo relevante existe a ser ponderado, na sua responsabilidade diante do povo, visto que comunicação alguma fez ele a direção partidária.

Na realidade, cabe-nos reafirmar que não há, dentro do MDB, lugar para os eunucos nem para os incapazes de representarem as tradições democráticas, as esperanças de liberdade e os anseios de justiça do povo brasileiro. Repudiamos as traições, porque elas simbolizam a covardia e se inserem, desde o episódio da Inconfidência até hoje, nas páginas mais negras de nossa História.

É sabido, com efeito, que a conjuntura dos fatos históricos abrange as estruturas econômica, política, social e cultural do Estado, que se inter-relacionam, interligando-se entre si.

Toda conjuntura, consequentemente, será afetada, se não se cuidar igualmente, de todas as suas bases estruturais. Assim, a estrutura política de um Estado-membro, representada pela Secretaria do Interior e Justiça, tem como atribuições precípua aquela em que deve determinar a perfeita coexistência e independência entre si dos partidos políticos, através de uma administração patriótica em que seus órgãos de administração de justiça e de orientação política não esqueçam o primado da lei e do respeito à liberdade do pensamento, garantindo a todos, por igual, o alcance dos atos e fatos que praticam. É o que se observa nos governos dos países verdadeiramente democráticos.

Ocorrendo, como se viu, o desvio de autoridade para fins escusos, de alicenciamento pelo pressionamento de elementos de fácil convencimento, sem conteúdo moral e nenhuma formação cívica, incide a pasta do Interior e Justiça em corrupção eleitoral, pois é evidente seu objetivo eleitoral em favor de sua agremiação partidária, praticando crime de abuso de autoridade.

Com isso, afeta as demais estruturas do Governo, tumultuando toda a administração paranaense.

Como bem acentuou o eminente Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, de sua Tribuna, essa hostilização governamental pode trazer o desgoverno e provocar atitudes drásticas da Bancada, dos Prefeitos e dos Vereadores do MDB, no âmbito estadual e de sua representação nas esferas federais. inclusive através de denúncias de convênios onerosos sem os quais a administração estadual fracassaria em seus mais importantes setores. É preciso que os afeitos de uma legislação federal discricionária, que só pune os portadores de mandatos legislativos, entendam que ninguém, nenhuma facção, tem o direito de se atirar sobre a Nação como se ela fosse apenas um espólio a ser partilhado em favor dos mais ávidos e dos mais espertos politiquês. E que, numa democracia, o menos livre dos concidadãos é exatamente seu governante, do qual deve partir o exemplo e a quem não cabe o direito de impor sua vontade à minoria nem à maioria do povo.

Parece chegado o momento de se dizer que não deve falar de amor quem faz do ódio seu único ideário; de união em favor do Paraná, quem se serve do ambiente de Paz para conquistas desonrosas no campo político-partidário; de trabalho e de esforços conjugados pelo reerguimento do Paraná, quem não sabe fazer a distinção entre Oposição e Governo, nem pode ver as duas instituições democraticamente unidas pelo bem comum, do povo, porém, soberamente independentes e harmônicas em suas atuações, na defesa intransigente de seus princípios filosóficos, de suas reivindicações, de suas críticas, fiscalizando, informando e doutrinando.

E que seria esse o modo de se praticar o revigoramento da classe política e torná-la essencialmente uma classe de patriotas pois a Pátria só existe porque pertence a todos".

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sinto-me à vontade para, desta Tribuna, falar sobre o que pretende se afirmar seja um clima de coação exercida pelos homens do Governo junto aos Srs. Prefeitos Municipais do Movimento Democrático Brasileiro, como tentativa de trazê-lo às hostes da Aliança Renovadora Nacional. Digo que me sinto à vontade porque represento, nesta Casa, juntamente com valerosos companheiros do meu Partido e com o Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, do MDB, uma região em cujos Municípios, uma grande parte deles, temos hoje Prefeitos Municipais pertencentes ao Partido da Oposição; mais à vontade estou, por poder afirmar que em instante algum deixei de manter com os Prefeitos do MDB, diálogo franco e cordial, jamais deixando de encaminhar problemas a mim trazidos, procurando, junto aos mais diferentes setores da administração pública, a solução dos problemas por eles encaminhados; à vontade também, e invoco o testemunho do Nobre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, porque jamais, no Sudoeste paranaense, estimulamos Prefeitos do MDB, na tentativa de fazê-los abandonar o seu Partido para ingressarem na ARENA, como não, de se acreditarem a receber do Governo obras, serviços ou auxílios.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Justamente, V. Exa. invocou o meu testemunho antes que eu pudesse apartear-lo, mas o aparte tinha justamente a finalidade de dar esse testemunho. Era esse o propósito do meu aparte — sobre a correção da conduta política de V. Exa. na nossa Região, respeitando e adquirindo, com isso, o direito de ser e de exigir o respeito daqueles que com V. Exa. disputam politicamente a preferência do eleitorado do Sudoeste paranaense.

Desta forma, creio, ninguém encontrará, da concorrência de V. Exa. e homens do outro Partido, qualquer afirmação nos Anais desta Casa, muito pelo contrário, que deslustre a formação democrática que eu sempre pude reconhecer em V. Exa. O que eu desejaria sinceramente, Excelência, é que no Paraná, em todo o Paraná, fosse posta em prática uma atitude política que tivesse pelo menos de perto, permitisse uma comparação e uma analogia com aquela que V. Exa. e o meu Partido têm posto em prática no Sudoeste paranaense. E o exemplo disso é que ainda agora eu e V. Exa. mantinhamos contacto com um Prefeito do MDB, Prefeito de Francisco Beltrão, que V. Exa. encaminhou para audiência com o Governador, no sentido de fazer reivindicações que interessam à Região que nós temos a honra de representar nesta Casa.

É este o espírito que, com honestidade, desejaria que grassasse no resto do Paraná, é que os detentores de outros cargos de importância tivessem a formação democrática e a cordialidade de trato que tem V. Exa. Meu muito obrigado.

O SR. IVO TOMAZONI — Agradeço a V. Exa., Nobre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, para dizer que a minha presença na Tribuna, na con-

cação administrativa, sem que um aparelhamento de meios, materiais e humanos, desse ao setor a importância que requer. Estando os tóxicos na origem de grande parte das ocorrências criminosas, seria de esperar um superdimensionamento de recursos, não a carência que hoje se verifica, sem nenhum demérito para o seu hoje reduzido quadro policial.

Assim sendo, Sr. Governador, esta Assembléia Legislativa ciente de que sua preocupação encontra eco em Vossa Excelência, apela, em nome da comunidade paranaense, para que determine a urgente ampliação da Delegacia de Entorpecentes na Capital, e leve ao interior, principalmente às maiores cidades, (Londrina, Ponta Grossa, Maringá e Paranaguá) e aos pontos-chave de fronteira, organizações policiais especializadas no combate ao tráfico e consumo de drogas. Assim agindo, estará certamente se creditando perante uma juventude que busca seu destino, e preservando os mais altos interesses da ordem e da segurança nacionais.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 1973".

Tenho absoluta certeza de que outras vozes se farão ouvir neste Poder Legislativo, reforçando esse apelo que fazemos a S. Exa. o Sr. Governador do Estado Emílio Gomes, embora saibamos o curto lapso de tempo em que o Governador assumiu suas elevadas funções, sabemos que não decorre de sua culpa o despreparo de nossa Polícia Civil para o combate principalmente aos traficantes de tóxicos.

Mas, confiando, e vendo os primeiros atos do atual Governador, a sua imensa vontade de acertar, tenho absoluta certeza de que esse problema será quase que prioritário nas metas do atual Governador, e esta Casa precisa enganjar-se numa campanha que sacuda a opinião pública, que sacuda o marasmo das autoridades para esse problema do tráfico de tóxicos, que está se tornando alarmante, está destruindo a sociedade brasileira.

É necessário que esta Casa justifique sua presença perante a opinião pública, que cada um dos Deputados encare o problema com a seriedade que ele merece, que todos aqui formem uma corrente de amparo ao Governo, de amparo às autoridades policiais, ampara moral que o Governo deve ter para o combate aos perigosos traficantes de tóxicos. Porque tenho certeza de que, eliminados esses, mais fácil será a cura dos enfermos. Este o apelo que faço nesta tarde, nesta Casa, para que se tome uma posição com respeito a esta campanha que foi iniciada neste Poder Legislativo pelo nobre Deputado Igo Losso num brilhante pronunciamento de alerta à opinião pública, pronunciamento que foi corroborado pelos nobres Deputados Antonio Belinati e Olavo Ferreira e tantos outros que, também, estão alarmados com a crescente onda de criminalidade provocada pelo uso desenfreado de tóxicos.

Disse que o toxicômano é um enfermo e este precisa de tratamento médico. Ao traficante, fomos mais além, pedimos ao Sr. Presidente da República que usasse os meios que lhe conferem os atos complementares e institucionais e aplicasse mesmo a pena de morte. "Para os grandes males os grandes remédios". Em razão desse pronunciamento recebi críticas, inclusive li um artigo na "Gazeta do Povo" através do qual o articulista tecia críticas.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre Deputado que está esgotado o tempo que dispunha para falar no Pequeno Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Dentro de um minuto encerrarei. Agradeço a V. Exa.

... inclusive tachando nossa atitude de anticristã.

Quando fiz esse pronunciamento estava ciente que iria sofrer uma campanha por parte de pessoas que estão altamente interessadas no tráfico de tóxicos. Sei que represálias serão desencadeadas contra os Deputados que se encontram nesta luta, que é uma luta cristã. Aliás, é o próprio dever do Deputado lutar para que se extirpe de uma vez por todas este verdadeiro cancro social que é o tóxico e o consumo de tóxicos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores para o Pequeno Expediente, concedo a palavra para o Grande Expediente, ao Sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Prefeito de uma grande cidade, a maior cidade do País é exonerado sem qualquer justificativa. Não mereceu a menor consideração, nem mesmo a consideração que merece o funcionário comum ao ser despedido — o motivo da exoneração, o aviso prévio.

Prefeito de uma grande cidade de Goiás, a segunda cidade do Estado teve seu mandato cassado e o Município é declarado área de Segurança Nacional. Nenhuma justificativa é dada ao povo como se o povo não merecesse justificativa alguma. Numa e noutra coisa o povo foi esquecido, o povo foi desrespeitado, o povo foi humilhado. Atos desta natureza faz com que nós os políticos ouçamos, diuturnamente, asseverações as mais diversas como aquelas que dizem ser impropriedade, estéril e desnecessária a nossa presença na vida pública, como aqueles que afirmam sermos nós atores não de primeira categoria, contracenando uma farsa democrática, como aquelas afirmativas taxativas de que aqui estamos apenas coexistindo com o regime de força que se implantou no País.

E nós, os políticos, o que fazemos?

Omissos, não poderemos ficar; negligentes tampouco, se a nossa função no Legislativo está restringida, amesquinhada, cerceada, o que podemos fazer então?

O Sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, quando li a notícia da cassação do Prefeito, tive, ao primeiro momento, a impressão que V. Exa. está tendo, nessa Tribuna: quer dizer, que ele havia sido cassado apenas porque ali deveria se instituir uma Área de Segurança, já que a FAB tem campo de aviação e treinamento, naquela cidade.

Mas V. Exa., se com mais minúcias tomar conhecimento dessa cassação, verá que não somente o Prefeito foi cassado, mas também os seus direitos políticos, por dez anos. Isso quer dizer que esse Prefeito não foi cassado apenas porque aquela cidade deveria se tornar zona de segurança, esse Prefeito, V. Exa. poderá mais tarde trazer elementos que talvez até me convençam do contrário, mas, nós acreditamos que ele não tenha sido cassado em função da necessidade de ali se instalar Zona de Segurança Nacional. Veja V. Exa., que o Presidente tem cassado também os direitos de Prefeitos da ARENA, não é que se tenha agido somente contra o Partido de V. Exa., a própria ARENA tem sofrido também cassações desta natureza.

O SR. ALVARO DIAS — Agradeço o aparte de V. Exa.

Não sou contrário à punição a homens públicos; para puni-los, no entanto, há necessidade de fazê-lo, de conformidade com os direitos adquiridos, do cidadão, sobretudo justificando-se a medida, plenamente, de forma a que todas as comunidades possam ter ciência dos motivos que levaram àquela punição. Não me refiro ao problema afirmando que a cassação surgiu apenas em função de se determinar aquele Município, Área de Segurança Nacional —

estou abordando apenas, a medida, como uma medida própria de um regime de força, de um regime que se utiliza apenas de uma Oposição minoritária para ofuscar realmente o seu poderio arbitrário.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado Alvaro Dias, eu faltaria com a minha própria consciência se não hipotecasse a V. Exa. integral solidariedade pelo pronunciamento que faz V. Exa., dessa Tribuna. Talvez a prudência mandasse que eu ficasse calado, mas, ao ver a juventude de V. Exa., ao ver a coragem de V. Exa., eu me sentiria envergonhado se não fossem as minhas palavras para os Anais desta Casa, juntamente com as de V. Exa. Porque quando se assiste neste País ao julgamento daqueles que colocam bombas, que ceifam vidas, que sequestram, que cometem homicídios, que praticam latrocínios, que seduzem, que estupram, e no julgamento de todos estes, aqueles que são acusados é que têm o direito de defesa.

Quer nos parecer que o crime de pensar, que o crime de afirmar que se contraria alguma coisa, parece que no conceito do Governo é mais grave que tudo isto.

Porque estes que têm seus mandatos cassados, não têm o direito de defesa. Direito tem, aqueles que praticam latrocínio ou que cometem atos de terrorismo, não entendendo a Justiça governamental, confesso a V. Exa.

E a medida principal cai por terra, porque carece de justiça, como bem disse V. Exa. O próprio Governo não se preocupa em apresentar as razões que determinam o seu procedimento, apenas assim procede, como um ato de força. Estou plenamente solidário com V. Exa. e também quero deixar neste momento, como V. Exa., o meu protesto contra a atitude do Governo. Era o aparte e muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS — Nobre Deputado Sebastião Rodrigues, de V. Exa., eu só poderia esperar uma atitude desta natureza. Já que conheço seus princípios e o seu idealismo e já que também conheço os seus propósitos de defendê-lo a todo custo, a todo instante, em quaisquer circunstâncias, sem qualquer preocupação com as seqüências da defesa intransigente, dos seus ideais. E nós assim pensamos e assim agimos. Muitos vezes, nos sentimos desmotivados, sem estímulos para desempenhar nossas funções, e o fazemos desalentados por verificar que esta nossa função está a cada dia minimizada. Disso nós compreendemos e sabemos perfeitamente, ao Deputado nada cabe mais. No dia de hoje já não é permitido apresentar projetos que criem despesas nem mesmo emendas aumentando despesas. O Executivo todo poderoso, envia as suas mensagens, que são apreciadas automaticamente. Isto é em todo o País. E o Legislativo ainda tem um prazo para aprová-lo, se não aprovar em 40 ou 45 dias, estará a Mensagem aprovada automaticamente pelo próprio Poder Executivo. Então o que cabe ao Deputado nestas circunstâncias, cabe apenas pregar, expor seus ideais, as suas idéias, para que os poderosos tomem conhecimento, para que os poderosos sintam que existe ainda aqueles que pensam conscientemente, sem cerceamento. E nós sobre tudo, nós, Deputado Sebastião Rodrigues, e companheiro de Bancada, nesta trajetória difícil da oposição, nesta caminhada, podemos dizer, inglória, de se fazer oposição ao poder gigantesco e muitas vezes arbitrário, nós nos revoltamos constantemente com os desestímulos e ouvimos constantemente também, as afirmativas do Governo, de que o povo está satisfeito porque a ARENA elege seus representantes em maioria absoluta. Eu repito. É fácil ganhar eleições com o Ato Institucional n.º 6. Fácil, será ganhar eleições cassando mandato de homens notáveis como Léo de Almeida Neves e outros. É fácil ganhar eleições, fazendo pressão com a censura prévia, a impedir a divulgação da realidade. É fácil ganhar eleições com a propaganda desenfreada, penetrando em todos os cantos e recantos da Pátria, muitas vezes de forma mentirosa. E Hitler afirmava já a seu tempo: a propaganda manteve-nos no Poder; a propaganda nos fará conquistar o mundo. — O fato é semelhante; a coincidência existe; é fácil ganhar eleições cerceando a liberdade dos estudantes, acabando com as agremiações estudantis, impedindo a participação estudantil, impedindo a participação estudantil da vida pública nacional; é fácil ganhar eleições, impedindo que os Sindicatos exerçam oficialmente o seu papel e cumpram os seus objetivos.

O Sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Sr. Deputado, talvez V. Exa. não pudesse hoje estar ocupando esta Tribuna com o empolgamento e a veemência que faz, se a Revolução não tivesse tomado as atitudes que tomou. Porque se V. Exa. vir como está o mundo, a América Latina, como estão irmãos nossos de fronteira, no caos, em que mergulham e que situação invejável o Brasil tem, dando esta oportunidade a V. Exa. neste "jus esperiandi", quando pode dizer o que sente, num regime que ainda tem muito de Democracia, graças a Deus.

Sr. Deputado, estamos oferecendo a V. Exa. este aparte, porque é claro, não nos cabe julgar se nas cassações houve injustiça, ou se não houve, porque o processo de cassação V. Exa. conhece tão bem quanto eu, foi feito de uma forma sigilosa, e nós outros não chegamos a ter conhecimento de como este processo funcionou. O fato é que, medidas drásticas como as que foram tomadas, justificavam-se. Se hoje temos este progresso ascensional, que o Brasil experimenta quando o mundo está pegando fogo, devemos isto às tantas medidas saneadoras que livramos nosso País do inextinguível pesadelo que representavam as forças do mal ainda atuantes em outras regiões de nossa América. Era o aparte que queria oferecer a V. Exa.

O SR. ALVARO DIAS — Agradeço o aparte.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Apenas para lembrar ao nobre Deputado Arthur de Souza, duas coisas: — Em primeiro lugar, que só tem notícia na História, de processos sigilosos, semelhantes a estes que V. Exa. se refere, na época da inquisição espanhola e não creio que a inquisição seja uma das páginas mais nobres da história da Espanha. Embora pareça que vai se tornando voga neste País a adoção de modelos espanhóis, de forma de condução espanhola de governos estaduais.

Por outro lado, gostaria de lembrar também ao Deputado Arthur de Souza, que vai de encontro ao pensamento de V. Exa. o que vou afirmar, é que em época alguma da história, ninguém jamais conheceu progressos ascensionais e desenvolvimento como o da Alemanha nazista. Mas e o preço a ser pago pelo desenvolvimento foi o que pagou a Alemanha nazista, eu declino do desenvolvimento, do progresso; o preço foi caro demais, não só para os alemães mas para toda a humanidade.

Obrigado.

O SR. ALVARO DIAS — Nobre Deputado Arthur de Souza, V. Exa. diz que a Revolução me concede a liberdade que tenho neste instante de expor o meu pensamento. Tenho esta liberdade porque tenho um mandato; outros gostariam de tê-la mas o que digo neste instante, o povo não saberá que foi dito; não saberá; não porque a imprensa não queira publicar, mas porque o Governo não deixa que a imprensa publique. Jornais responsáveis como "O Estado de São Paulo" e o "Jornal do Brasil", são censurados. Como se crime fosse expor livremente aquilo que se pensa, aquilo que se anseia, aquilo que se quer dizer, aquilo que se necessita.

Lamentavelmente, nobre Deputado Arthur de Souza, esta é uma realidade. Não pense V. Exa. que faço pronunciamento desta natureza com alegria. Faço-o unicamente porque cheguei a uma conclusão de que se outra forma não podemos usar o mandato que o povo nos conferiu, temos de usá-lo dessa, tentando fazer com que os ideais democráticos não permaneçam numa nebulosa, tentando fazer com que não se esqueçam as autoridades responsáveis que o Brasil espera, sonha, anseia, pela redemocratização prometida e não cumprida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o meu Partido, o MDB, encontra-se numa encruzilhada. Cabe a ele decidir o lançamento ou não, de candidato próprio à Presidência da República. As lideranças maiores estão ouvindo as bases do Partido. Encontramo-nos em Maringá com essa finalidade. E lá, expus meu pensamento. As opiniões se entrecrocaram. Aqueles que entendem necessário ser o lançamento de candidato para que possa o Partido de Oposição se valer do horário da Justiça Eleitoral, nas emissoras de rádio e televisão do País, no sentido de pregar seus ideais. Não seria propriamente um candidato, mas um anti-candidato, pregando, através dos órgãos de imprensa, na hora da Justiça Eleitoral, contra as eleições indiretas, contra esse processo viciado e anti-democrático de se escolher os dirigentes de nosso País.

O Sr. Arthur de Souza — V. Exa. me permite mais um aparte? (Assentimento) — V. Exa. disse, há pouco, que os pronunciamentos que faz, nesta Casa, não têm a cobertura que deveriam ter. Mas veja V. Exa., há pouco tempo, realizava-se, nesta Casa, uma Sessão Solene, quando compareceram altas patentes do Exército. E V. Exa. teve sua vez, era um dos oradores oficiais, o discurso de V. Exa. consta dos Anais da Casa, foi um discurso causticante, e V. Exa. diz, agora, que seus pronunciamentos não são publicados. Isso é recalcque...

O SR. ALVARO DIAS — Não se trata de recalcque.

O Sr. Arthur de Souza — V. Exa. entenda que o sentido de recalcque não é pessoal, V. Exa. disse que o Partido está recalcado pelo regime, oprimido. V. Exa. não está entendendo onde quero chegar. Mas, eu dizia que V. Exa. teve a oportunidade de vir a Plenário, numa Sessão Solene, discursar. V. Exa. pode usar da palavra livremente e expor tudo que lhe ia na alma, de modo que o regime não é tão arrolhado como diz V. Exa. no discurso de hoje.

O SR. ALVARO DIAS — Já respondi a essa afirmativa de V. Exa. anteriormente, que nas Assembleias Legislativas, na Câmara Federal, os Deputados se pronunciam de conformidade com os seus ideais no entanto, os seus pronunciamentos não chegam até a população. Justamente por essa razão, parcela das lideranças de nosso Partido pretendem o lançamento de candidato próprio, para ter oportunidade de manifestar o pensamento oposicionista em relação ao momento inconstitucional vivido por este País.

Outros, no entanto, certamente como nós, possuem razões de sobra para duvidar que esses horários gratuitos serão colocados à disposição do Partido da Oposição e, por isso, são contrários ao lançamento de candidato próprio à Presidência da República. Coloco-me entre aqueles que assim pensam, não por radicalismo, sempre fui, pelo menos me considero, moderado até demais; porém, pautado pelo bom senso e sobretudo por aquilo que entendo ser coerência, defendendo a tese de abstenção, porque entendo ser necessária a clareza absoluta, para que não se deixe transparecer dúvida alguma em relação à tese defendida pelo nosso Partido.

O Movimento Democrático Brasileiro possui um programa, como todo Partido político, que estabelece os passos a serem trilhados e desse programa consta a defesa de eleições diretas, porque é um direito adquirido do povo escolher seus dirigentes, seus representantes e não podemos roubar-lhe esse direito.

Participando de uma eleição indireta, poderemos deixar margem à dúvidas, aqueles que não acompanham de perto o episódio. O MDB tem dito que o que se realizará, o que se tem realizado, não é uma eleição. Na realidade é simplesmente uma homologação, uma ratificação de um nome já escolhido. A Lei que estabeleceu o Colégio Eleitoral, é uma lei constitucional que privou a minoria de participar dele. Existe aí acerrear consciências, a lei da fidelidade partidária, como se o problema político pudesse ser analisado como se analisa um problema familiar de fidelidade de marido e mulher.

Há pouco tempo nosso Partido, através de algumas lideranças, pretendia inclusive a extinção, não disputaríamos eleição alguma, em virtude da posição anti-democrática das eleições indiretas. Por esta razão, e sobretudo por entender que o nosso Partido seria descaracterizado ao participar de uma eleição indireta, mesmo, volto a repetir, possuindo razões fortes para dela participar, com um anti-candidato, não com um candidato, para mostrar à Nação as razões de nossa participação na vida pública nacional, embora estejamos cerceados.

O MDB continuará a analisar o problema no âmbito nacional. Qualquer que seja a decisão do meu Partido, será por mim acolhida, mas fiz questão, nesta oportunidade, de deixar patenteada essa posição, nos Anais da Casa, que servirá para que a história nos julgue futuramente, para que saibam que a minha posição foi esta, preocupado que estou, com a coerência, por entender ser ela uma virtude indispensável daqueles que representam uma comunidade.

Feito este registro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o problema local e que toca de perto, já abordado nesta Casa por meus companheiros, é aquele que diz respeito a transferência do Prefeito de Jataizinho para os quadros situacionistas. Eu o conheço bem, com ele estive, por diversas vezes, no mesmo palanque, acompanhei a sua trajetória na Prefeitura até este instante, ouvi dele as reclamações, ouvi dele, em determinados momentos, palavras, até mesmo, de revolta inconformado com a situação de seu Município.

No entanto, foi ele sendo envolvido pela poderosa máquina da administração. Com os problemas que surgiam, relacionados com o famigerado comando político onde o Prefeito se sente desautorado em determinados setores, sobretudo em função de questões relativas ao comando político, foi ele sendo envolvido pela poderosa máquina administrativa. Sentiu-se frágil e foi atraído para a atraente sombra proporcionada pela maioria situacionista.

Tenho certeza que os problemas não serão resolvidos, simplesmente, em função da transferência de Partido. Os problemas continuarão a existir. Ele terá que ser forte para dirigir o pequeno Município. Nada justifica a sua transferência. O Governo deve colocar acima das tabuletas das facções os interesses maiores da comunidade; estes deverão estar acima dos interesses partidários porque o homem comum e a comunidade não possuem Partido. Partido possui o político e, muitas vezes, o eleitor. Mas, a comunidade e o Município não possuem Partido político e portanto não podem e não devem ser castigados por ter na Chefia do Executivo um homem que representa o Partido minoritário. Não tem este direito o Governo, não tem este direito, quem quer que seja, de procurar impedir que uma administração emedebista triunfe e, desta maneira, favoreça os seus municípios.

Não foi a primeira eleição que ele participou. Para se eleger valeu-se da legenda emedebista e de uma comunidade que queria uma administração voltada para seus interesses, anseios e necessidades. Havia ele disputado uma

eleição contra três candidatos do Partido da situação. Sozinho foi o mais votado, mas na soma de votos foi derrotado. Na última eleição, novamente, concorrente contra três candidatos e sozinho conseguiu suplantar seus adversários talvez, inclusive, em razão da conivência emedebista da população daquele Município que o queria ver no Executivo Municipal. Seus companheiros devem estar desapontados, devem, neste instante, lamentar a sorte depois de uma luta de muitos anos, de oito anos, conseguirem o que pretendiam e, num repente, num instante, ver cair por terra tudo aquilo que construíram.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Nobre Deputado Alvaro Dias, apenas porque temos debatido este assunto — transferência de Prefeitos — e às vezes não tem ficado bem esclarecido o ponto que nos fere, é apenas o aspecto moral. E curioso o Governo não atentar para o alto valor negativo eleitoralmente, do procedimento. Porque o que ocorre quando um município elege um Prefeito do MDB, normalmente o candidato da ARENA terá sido derrotado — porque não tem o MDB condições de fazer do seu candidato um candidato único em qualquer pleito municipal — normalmente há a disputa, e o Prefeito do MDB, ou melhor, o candidato que se elegeu Prefeito pelo MDB, derrota um adversário da ARENA; pois bem: quando o Governo absorve o Prefeito do MDB e faz com que ele ingresse na ARENA, normalmente dá a ela o mandato político da corrente arenista porque é Prefeito Municipal, e geralmente o candidato da ARENA, derrotado — dizem os mineiros que não existe dor maior que a de uma eleição perdida — geralmente o candidato da ARENA, derrotado, por aquele homem do MDB passou a receber o prestigiamento do Governo, passou a ter o mando municipal, sente-se frustrado, traído mesmo pelos homens que comandam o seu Partido; então, se transfere para a Oposição e soma as suas forças aos eleitores da Oposição, porque, estes, sentem-se traídos pelo Prefeito que elegeram.

O que ocorre, é o fortalecimento eleitoral da Oposição, como ocorreu em Maringá a absorção do Sr. Adriano Valente, foi para o Governo uma das maiores derrotas eleitorais no Estado, porque os homens da ARENA que ele havia derrotado jamais concordaram que ele assumisse o comando político do seu Município, e somaram as suas forças, aos eleitores do MDB, que se consideravam traídos — e resultou disso que, dos candidatos da ARENA, foi o candidato do Sr. Adriano Valente, o menos votado e o MDB ganhou uma das eleições mais tranquilas no Estado do Paraná.

Então eu faço questão de ressaltar que o protesto que tenho feito e que creio, V. Exa. também faz da Tribuna, prende-se mais ao aspecto ético do procedimento, do que propriamente à aritmética eleitoral, e estou até convencido que a absorção do Prefeito talvez diminua, subtraia mais do que adicione.

Eu critico, é o procedimento no seu aspecto ético.

O SR. ALVARO DIAS — E ao final, para que tenha o companheiro Iris Caldart tempo ainda de fazer o seu pronunciamento, quero expressar também as minhas esperanças, porque se não as tivesse, aqui não estaria; se não tivesse esperanças renunciaria a minha participação na vida pública. Esperanças de ver corrigidas as distorções, as injustiças, as incorreções e até mesmo as arbitrariedades políticas em que vivemos.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Nobre Deputado, estou acompanhando o pensamento de V. Exa. e quando vejo V. Exa. fazer referências à mudança de Partido pelo Prefeito eleito de Jataizinho, e faz críticas ao Governo por pressão política à maneira com que o Prefeito se transferiu do Partido.

Não posso compreender qual este tipo de pressão porque se o Prefeito recebe o Prefeito da ARENA, os dividendos feitos pela FUNDEPAR é feito pelo Prefeito da ARENA, os dividendos feitos pela FUNDEPAR é feito pelo computador eletrônico, proporcional às despesas de cada Município, a distribuição de material, se o Prefeito não recebeu, os Prefeitos da ARENA também não receberam.

Não sei qual o tipo de pressão. A nomeação de Juiz de Paz, de Delegados, aí viria uma nomeação política, não há dúvida, mas isto, o Deputado que tem tido mais influência no Município junto ao Diretório, é claro que tem feito sempre a indicação. Talvez o prejuízo que V. Exa. quer fazer referências, seja isto, mas não vejo nenhum prejuízo aos Municípios e pressão para que um Prefeito mude de Partido.

Porque o Prefeito pode muito bem administrar tanto na ARENA como no MDB, porque o atendimento é idêntico a um Prefeito e a outro Prefeito. Era a ressalva.

O SR. ALVARO DIAS — Nobre Deputado, compreendo a posição de V. Exa. V. Exa. pertence ao Partido do Governo e em motivo para defendê-lo. No entanto, seria um ingênuo se afirmasse aqui, que um Prefeito de uma pequena cidade do Interior não precise do Governo do Estado.

V. Exa. sabe que o Prefeito, principalmente, das pequenas cidades, necessita e bastante da ajuda do Governo do Estado. E ele muitas vezes é iludido, eu tenho certeza que no presente caso, o Prefeito foi iludido com promessas, como se fosse possível o Governo dar maior atendimento aos Municípios com a transferência do Prefeito para o Partido Situacionista. Como se fosse possível fazer distinção entre um Prefeito do MDB e um Prefeito da ARENA, relegando a um segundo plano, a Comunidade.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas para esclarecer ao Deputado Gilberto Carvalho, não sei se S. Exa. fez o aparte, proclamou o seu ponto de vista por malícia ou por ingenuidade. Não vai aqui nenhum demérito ao Deputado. Apenas, porque as declarações de S. Exa. podem ser interpretadas sob estes dois aspectos. Uma vez que eu poderia citar ao Nobre Deputado, o exemplo de um Governador que passou por este Estado, o Governador Haroldo Leon Peres, que na Prefeitura de Pato Branco, em visita se dirigiu a um Prefeito da ARENA que havia encaminhado pretensões ao seu Município junto ao Governo do Estado, e ele, interpelado pelo Prefeito perguntou: — Mas as suas pretensões, como foram remetidas? Foram remetidas através do Deputado A ou B, da ARENA?

E ele respondeu: — Através deste Deputado. Eu não recebo pedidos, os seus pedidos não serão atendidos. O seu Município não será atendido enquanto o Prefeito encaminhar suas pretensões através deste Deputado. E isto ocorre na própria área do Partido de V. Exa. Se não tivesse valor algum esta pressão, será que o Sr. Haroldo Leon Peres, inteligente demais, e hábil até por demais, e por excessiva habilidade foi inclusive despedido do Poder Governamental, não usa o artifício e o fato ocorreu com um Deputado da Arena nesta Casa. Quando me refiro a Pato Branco, foi reunião que lá houve e que se encontravam presentes vários Prefeitos da Região. Portanto, estou disposto a trazer o testemunho para o Deputado Gilberto Carvalho, de procedimento no passado, desta natureza, sem pretender estabelecer aqui paralelo entre a personalidade do Sr. Haroldo Leon Peres e do Governador do Estado, Emilio Gomes, principalmente que, até segunda ordem, e eu quando me refiro a paralelo, digo paralelo político; digo paralelo

político, porque moral eu acho que nem se pode mencionar este aspecto aqui, em se tratando desses dois homens públicos. Refiro-me apenas ao aspecto político, porque o Sr. Haroldo Leon Peres já chegou a esta Casa procedido de uma traição de fascista e o Governador Emilio Gomes, chega com a presunção de uma formação democrática. Desta forma, fiz a comparação apenas para ilustrar, Nobre Deputado Gilberto Carvalho, de que político inteligente tem usado este mecanismo, porque o acham válido, embora S. Exa. reconheça não ver validade no procedimento.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). O Nobre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior está voltando a um passado, esquecendo que o Prefeito de Jataizinho, quando foi eleito, estava no Governo do Estado, o Governador Parigot de Souza e que se houve esta exigência, esta pressão do primeiro Governador, do ex-Governador, Leon Peres, dentro do nosso próprio Partido, a Arena, é de se notar que o tratamento foi igual dentro do Partido e fora do Partido. Isto não justifica a mudança do Prefeito de Jataizinho, que, quando foi eleito, estava no Governo, Parigot de Souza; e recebeu o mesmo atendimento que os Prefeitos da Arena e como vai receber neste Governo Emilio Gomes. Porque neste levantamento, em todas as obras que estão sendo construídas no Estado, principalmente no setor de Educação, foi visitado pelo pessoal da Fundepar, por geólogos, fazendo levantamento, olhando número de alunos, e jamais perguntando se o Prefeito era do MDB ou da Arena. De forma que eu não vejo motivo para que o Prefeito se sinta pressionado e dificuldade de administrar dentro do MDB; e também não vejo motivos para depois de dois governos, voltar a se comentar em Haroldo Leon Peres, que não tem nenhuma influência no caso.

Era o aparte.

O SR. ALVARO DIAS — Nobre Deputado Gilberto Carvalho. Não quero culpar, não responsabilizo mesmo, nenhum dos campanheiros, nenhum dos políticos ligados eleitoralmente a Jataizinho; eu culpo unicamente a fascinante atração de poder; do poder administrativo, que envolve e que corrompe e que envolveu o Prefeito de Jataizinho. Houve pressão, Nobre Deputado; eu não digo que diretamente, pois o Governo não seria ingênuo a tal ponto. Mas a pressão se verificou de forma indireta, através de subterfúgios e, sobretudo, porque nos Municípios pequenos existem as rivalidades; existem as divisões; e o Governo se utilizou da divisão, que lá existe, para fazer com que houvesse o aliciamento daquele Prefeito.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas para dizer o seguinte: — As pressões de fato existem e se desenvolvem em muitos aspectos. E existem já Deputados estaduais do Partido do Governo e estou sabendo disto, estão sendo pressionados no sentido de apoiar determinado candidato à Deputado Federal, à preferência de determinado setor governamental. Tenho conhecimento disto e acredito que até mesmo o Deputado Gilberto Carvalho tem conhecimento disso.

O Sr. Xenofonte Villanueva — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ALVARO DIAS — Ao Deputado Iris Caldart, vou pedir esta oportunidade, já que não poderia deixar de conceder o aparte ao Deputado Xenofonte Villanueva.

O Sr. Xenofonte Villanueva — V. Exa. Permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, V. Exa. sabe tão bem quanto eu as circunstâncias pela qual se processou a eleição de Jataizinho. Quando falava, há poucos dias, em frustrações das hostes emedebistas de Jataizinho. Nada de censurável ocorreu neste episódio. O que ocorreu foi o seguinte: o Prefeito de Jataizinho, do MDB, foi eleito por uma parcela muito grande de votos de dissidentes da ARENA que trabalharam para sua eleição. V. Exa. deve conhecer o caso daquela Vereadora da ARENA que conseguiu 500 votos para esse candidato, com seu apoio oficial. E V. Exa. há de convir que a diferença entre vencedor e vencido foi mínima. E se houve pressão para que o Prefeito mudasse de Partido foi da própria comunidade, dos eleitores, e não pressão imposta pelo Governo que, pelo que parece, está alheio ao presente episódio.

O SR. ALVARO DIAS — É claro que V. Exa., representando também os interesses do Governo, procure interpretar o episódio da forma que melhor convém ao Governo. Este o pensamento de V. Exa. e eu respeito. Mas, quem acompanhou de perto o episódio como eu, tem condições suficientes para dizer que as pressões, embora de forma inteligente, existiram, para fazer com que o Prefeito de Jataizinho se transferisse para a ARENA.

Solicitando escusas ao ilustre Deputado Iris Caldart, encerro este pronunciamento, afirmando, mais uma vez, que aqui estou porque tenho esperança de que as distorções, as incoerências, as injustiças, as arbitrariedades do processo político vigente no País possam ser exterminadas.

Acredito mesmo que, hoje, estamos atravessando a escuridão da noite, mas haverá de surgir a radiante aurora de um brilhante dia, e todos nós, poderemos, então, alto e bom som, dizer que vivemos na democracia.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa concede a palavra ao segundo orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Iris Caldart, comunicando ao Nobre Deputado que restam apenas 10 minutos para o término do Expediente.

O SR. IRIS CALDART — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para o assunto que me traria à Tribuna, na tarde de hoje, não dispomos mais de tempo para tratar dele. Consequentemente, somos forçados a cancelar o nosso trabalho de hoje. E, aproveitando estes poucos minutos que nos restam, queremos apenas, Sr. Presidente, fazer alusão a um fato de suma gravidade que ocorre na cidade de Cascavel, nestes dias, e que foi, em parte, objeto de Requerimento que deixamos sobre a Mesa, Requerimento esse de voto de pesar às famílias daquela Cidade.

Há mais ou menos quatro dias, está tomando conta da cidade de Cascavel, um surto de uma doença gravíssima, meningite, já tirou a vida de pelo menos 6 pessoas. Essa doença incide sobre jovens adolescentes entre 10 e 16 a 17 anos, e está pondo em polvorosa, está alarmando toda a população de Cascavel. Inúmeras famílias já saíram da cidade com seus filhos. Os colégios foram interditados, com suas aulas suspensas e, conforme telefonema que mantivemos ao meio-dia e quinze de hoje, o assunto continua muito sério, causando apreensões entre a população, principalmente porque não há medicamentos específicos naquela cidade, medicamentos próprios a esse tipo de doença.

Informação do médico da Prefeitura de Cascavel, diz que exames de laboratório confirmaram a doença em muitas crianças, especialmente adolescentes.

A meningite registrada em Cascavel, é do tipo meningocócica, atinge na meninge o sangue e provoca choques periféricos. A sulfa não resolve nesses

casos e há necessidade da utilização de ampicilina, medicamento utilizado em São Paulo, com sucesso. A sulfa a gamaglobulina, o seletrin e enzocaba estão sendo vendidos a todo instante e já faltam nas farmácias da cidade. O Prefeito está pedindo socorro.

Fazemos desta Tribuna, já que não temos aquele tempo necessário para um trabalho que iríamos apresentar hoje, e que possivelmente será feito amanhã, apelo ao Nobre Líder do Governo com assento nesta Casa, Deputado Ivo Tomazoni, para que seja o portador das nossas apreensões, e até essa altura, de nossa angústia, ao Sr. Secretário da Saúde, e que faça ir a Cascavel, — porque há notícias de que iria hoje pela manhã um médico, — uma equipe de médicos, com instrumentos necessários para exames de laboratório e com esses medicamentos que já não se encontram mais nas farmácias de Cascavel.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Devo inicialmente, cumprimentar V. Exa. pelo assunto que está tratando, um problema tão sério que diz respeito ao Município sede da Região que V. Exa. representa nesta Casa. Mas, hoje, pela manhã, ao termos conhecimento da situação aflitiva em que se encontra a população de Cascavel, tivemos oportunidade de entrar em contato com o Sr. Secretário de Saúde, que nos comunicou que tomou as providências imediatas para possibilitar isolamento e controle da situação, principalmente na área atingida. As notícias foram de que haviam ocorrido já dois óbitos em consequências de meningite, e três casos estavam sendo controlados.

O SR. IRIS CALDART — Os óbitos estão, a esta hora, na casa de seis em Cascavel e nos arredores.

O Sr. Ivo Tomazoni — Confio na notícia que V. Exa. traz. Entretanto, devo informá-lo que o Sr. Secretário de Saúde, em contacto telefônico, determinou ao médico chefe do Distrito Sanitário daquela cidade que tomasse as medidas necessárias para, em seguida, determinar ao Chefe da Unidade Epidemiológica da Secretaria de Saúde, Dr. Fernando Cesar de Oliveira, que se deslocasse para Cascavel, com toda a urgência, levando consigo os medicamentos que fossem necessários ao tratamento, mais urgente, da moléstia nas pessoas afetadas, a fim de evitar a contaminação da população infantil daquela cidade.

O Dr. Ivan mandou divulgar notícia a respeito através da televisão e fez apelo ao Sr. Secretário de Educação para que suspendesse as aulas em todas aquelas educandários da área para evitar um contágio maior. A esta altura o Sr. Secretário já deve estar de posse do relatório que, por certo, o Dr. Fernando com certeza remeteu. Além do mais, o Governador deve estar sensível ao problema aflitivo e todas as medidas ao alcance da área governamental estão sendo tomadas para atender a população do Município.

O SR. IRIS CALDART — Não obstante, quero fazer a V. Exa. um apelo, já que está constantemente em contacto com as autoridades sanitárias do Estado, porque não acredito na eficiência daqueles que se encontram em Cascavel. Dias atrás tive oportunidade de, em contacto com o Sr. João Mansur, digno Presidente desta Casa, quando na Chefia do Governo do Estado, levar ao seu conhecimento caso idêntico ocorrido em Guaraniçu. O Prefeito daquela cidade se apavorou e correu a Cascavel e não foi atendido porque o Médico Chefe declarou que não acreditava que houvesse um problema desses lá. O Nobre Deputado, então Governador, tomou as providências necessárias.

Estou narrando aqui o que me foi dito pelo Prefeito Municipal da cidade de Guaraniçu. Graças a Deus o mal na cidade de Guaraniçu está debelado. Em Cascavel o caso é grave. Meninas de quatorze, quinze, dezesseis anos, como é o caso dessa mocinha que faleceu, em plena juventude, estão sendo atacados pelo mal.

O Sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nós que conhecemos a formação de V. Exa. no plano parlamentar, excelente chefe de família, não esperávamos outra reação de V. Exa. do que esta de trazer a esta Casa a angústia que se apoderou daquela população.

Para colaborar gostaria de afirmar, como é do seu conhecimento, tenho lá dois sobrinhos com filhos, sendo que um é médico...

O SR. IRIS CALDART — Excelentes rapazes, varões de moralidade e honestidade.

O Sr. Paulo Poli — ... colocando-me a par desta ocorrência antes do noticiário da imprensa, e só pude fazer contacto com Sua Excelência o Sr. Secretário da Saúde, e Sua Excelência, no instante que teve contacto comigo, por telefone, informou-me que já havia sido abordado por outros parlamentares entre eles o eminente Líder da Bancada da ARENA nesta Casa, o Nobre Deputado Ivo Tomazoni.

Agora, afirma o Dr. Jarbas Poli, médico, meu sobrinho, que realmente Cascavel em si não tinha condições de resolver o problema, e daí, Nobre Deputado, o agravamento da situação e o pânico, verdadeiro pânico que estava ocorrendo naquela cidade.

O SR. IRIS CALDART — Uma situação terrível.

O Sr. Paulo Poli — De modo que, pelo que nos foi dito pelo Sr. Secretário, tenho a impressão que o Governo deve de fato, é uma obrigação e nem poderia deixar por menos, de tomar as providências já citadas pelo nobre Deputado.

De qualquer forma quero congratular-me com V. Exa. que, nessas ocasiões V. Exa. sempre vai à Tribuna para trazer à Casa ocorrências de tal gravidade.

Aceite nossos cumprimentos e a nossa solidariedade.

O SR. IRIS CALDART — Quero dizer a V. Exa. que não espere de minha parte, jamais, qualquer outra atitude menos digna, menos nobre, menos humana, em favor do nosso Estado, da nossa Nação.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência lembra ao Nobre Deputado, que dispõe somente de 2 minutos para completar o seu pronunciamento.

O Sr. Antônio Costa — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Primeiramente, como representante do Município de Cascavel nesta Casa, solidarizo-me com V. Exa. pelo brilhante pronunciamento que V. Exa. está fazendo, que demonstra que V. Exa. é realmente interessado nos seus liderados, em Cascavel, e demonstra mais, o zelo com que trata desses assuntos sérios, nesta Casa; para endossar as palavras do nosso eminente Líder Deputado Ivo Tomazoni, e, ao me dirigir primeiro como parlamentar à Secretaria de Saúde porque o surto desta epidemia começou no Município de Guaraniçu, fui atendido prontamente por S. Exa., que determinou imediatamente as providências necessárias. Graças a Deus, em Guaraniçu, o surto está sob controle e graças também às providências do Secretário da Saúde e dos médicos locais, que são médicos que tratam com todo zelo os seus pacientes; e deixar aqui a V. Exa., a certeza de que poderá contar com este Parlamentar que vos fala para vos auxiliar, em Cascavel.

Muito obrigado.

O Sr. Borsari Netto — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Obrigado pelo aparte.

Em primeiro lugar, os meus cumprimentos pela sua preocupação, aliás, sempre tem sido essa a atitude de V. Exa. quando diz respeito ao seu Município e aos interesses do Paraná, mas eu uso o aparte neste instante para dizer que hoje pela manhã quando me encontrava na Secretaria da Saúde pude constar a pronta ação do Secretário e trago também notícias a V. Exa.: naquele momento tomei conhecimento de que foi feito um amplo carregamento, de medicamentos — Ampicilina, Benzetacyl e Sulfá Lenta — para socorrer as vítimas.

Meus parabéns, era este o meu aparte.

O SR. IRIS CALDART — Muito obrigado.

Aplausos pelas providências, mas insistimos em que fiquemos todos juntos porque o problema é de apreensão total, é de desespero.

Acabam de chegar há poucas horas, aqui em Curitiba, famílias que pegam seus filhos, saem da cidade; outros, vão para outras cidades, desesperados.

Sr. Presidente, muito obrigado. Rogo a V. Exa. se me permite, a inscrição no Grande Expediente de amanhã, em primeiro lugar, porque queremos apresentar à Assembleia um trabalho que diz respeito à nossa Região, visando o próximo encontro dos Prefeitos Municipais com o Sr. Governador do Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuídos aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 47-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 211-72, que aprova Convênio celebrado entre o Ministério de Saúde, o Estado do Paraná, a Secretaria de Saúde do Estado e a Fundação Serviços de Saúde Pública, objetivando cooperação técnica a capacitação de recursos humanos. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 170-72, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual, na sede do Distrito de Vila Iolanda, Município de Ubatuba. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. com SUBSTITUTIVO GERAL. — Aprovado pelo Substitutivo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 49-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 1-73, que aprova Convênio celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná, objetivando a implantação do Sistema Estadual de Planejamento, Orçamento e Modernização Administrativa. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 133-72, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga os Municípios de Grandes Rios e Faxinal, passando pela Cidade de Rosário. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 9-73, de autoria do Dep. David Federman, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga a Cidade de Ponta Grossa ao Distrito de Itaipococa. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 48-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 33-73, encaminhando anteprojeto de lei que aliena imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído de área de terreno com antigas edificações, situado nas ruas Emiliano Perneta esquina com Desembargador Westphalen, nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 82-73, de autoria do Dep. Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo doar aos Municípios de Amaporã, Joaquim Távora e Antonina, tratores pertencentes à Secretaria de Agricultura como específica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 114-73, de autoria do Dep. Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Santo Antônio da Platina, os tratores que especifica, pertencentes à Secretaria de Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 288-71, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, que autoriza o Poder Executivo conceder Bolsa de Estudos a alunos matriculados em estabelecimentos de Ensino Superior, localizado no Estado, cujo pai funcionário civil ou militar, venha a falecer e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 288-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder aos alunos matriculados em estabelecimentos de ensino superior, localizado no Estado, cujo

pai funcionário civil ou militar, venha a falecer, uma bolsa de estudo reembolsável no prazo máximo de 15 (quinze) anos, contados da graduação no respectivo curso, do valor correspondente às anuidades cobradas pelo estabelecimento.

Art. 2.º — O Poder Executivo regulamentará a presente lei, dentro de 90 (noventa) dias, estabelecendo, entre outras disposições a forma da concessão do benefício e o sistema de amortização.

Art. 3.º — As despesas com a execução desta Lei, correrão pela dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 1971

Xenofonte Villanueva

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 288-71

PARECER

Louvável a iniciativa de se conceder bolsas de estudos a filhos de funcionários falecidos.

O Projeto é legal e constitucional. Somos pela aprovação.

Em 11 de abril de 1.973.

(Assinatura ilegível) — Presidente

Dep. Antônio Lopes Júnior

(Assinaturas ilegíveis) — Relatores

COMISSÃO DE FINANÇAS

SUMULA: "Projeto de Lei 288-71 — Autoriza o Poder Executivo a conceder bolsa de estudos a alunos matriculados em estabelecimentos de ensino superior, localizados no Estado, cujo pai funcionário civil ou militar venha a falecer, e dá outras providências".

PARECER

1. Tratam os Autos do Projeto de Lei 288-71, de autoria do nobre Deputado Xenofonte Villanueva, que autoriza o Poder Executivo a conceder bolsas de estudo a alunos matriculados em estabelecimentos de ensino superior localizados no Estado, cujo pai funcionário civil ou militar, venha a falecer, e dá outras providências.

2. O projeto de lei em análise não vem instruído pela justificativa, conforme exigência regimental. Entretanto, havendo a douda Comissão de Constituição e Justiça se pronunciado sem referir-se àquele lapso, é de considerar-se o mesmo sanado.

3. No mérito, esta Comissão de Finanças não tem como denegar sua aprovação ao Projeto de Lei em testilha.

Pela aprovação, é o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 14 de maio de 1973.

za) (Ass. ilegível) — Presidente

Dep. João C. Fadel — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 288-71

O Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Xenofonte Villanueva pretende alcançar situação quase que frequente no cotidiano: estudantes de curso superior, às vezes em vias de término de curso, com a morte do pai vêm-se compelidos a abandonar as faculdades.

Se o pai que custeava tal estudos era funcionário, nada mais justo que o Estado, mediante um reembolso futuro, provenha a esta despesa em favor do filho estudante.

Pela APROVAÇÃO é o nosso Parecer.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1973.

za) (Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegível)

1a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 72-73, de autoria do Dep. Jorge Sato, que denomina "Sanatório Noel Nutels", o atual Sanatório de Tuberculosos da cidade de Londrina. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 72-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica denominado "Sanatório Noel Nutels" o atual Sanatório de Tuberculosos de Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1973

a) — Dep. Jorge Sato

JUSTIFICATIVA:

Faleceu recentemente no Rio de Janeiro, o dedicado, competente e respeitado médico tisiologista do Brasil, NOEL NUTELS.

Para o Paraná tal passamento foi lamentado profundamente, pois NOEL NUTELS aqui marcou a sua presença em várias oportunidades, sempre irradiando sua simpatia, simplicidade e conhecimentos atualizados da especialidade.

Ainda há não muito tempo esteve ele aqui no Paraná onde, além de proferir interessantes palestras sobre B.C.G. em áreas indígenas, percorreu todas as aldeias de índios do nosso Estado fazendo um levantamento completo do estado de saúde dos mesmos.

A atuação de NOEL NUTELS no Paraná se faz intensamente, também, no Sanatório de Londrina, onde formou pessoal, organizou serviços e supervisionou frequentemente os trabalhos.

Por todos esses motivos, sugere-se que seja dado o nome do inesquecível tisiologista recém-falecido, ao Sanatório de Tuberculosos de Londrina, como uma homenagem efetiva dos Poderes Públicos do Estado àquele que deu tanto de si para o combate à tuberculose no Brasil.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 72-73

PARECER

De autoria do ilustre Deputado Jorge Sato, o projeto de Lei objetiva denominar de "NOEL NUTELS" o atual Sanatório de Tuberculosos de Londrina.

randa Valverde, me designasse, em 30 de outubro de 1956, para representar o Instituto no Conselho Union Internationale de Advocats, em Paris, juntamente com os Drs. Jorge Dyott Fontelle, do Rio de Janeiro, e Noé Azevedo, de São Paulo.

Não posso deixar de mencionar, ainda, oportuna contribuição minha, nos domínios da literatura. Quando transcorreu, em 1939, o centenário do nascimento do maior escritor do Rio de Janeiro e do Brasil, Joaquim Maria Machado de Assis, o prestigioso órgão da imprensa carioca Correio da Manhã celebrou o acontecimento com um longo estudo de minha lavra, biográfico e de crítica, no suplemento de domingo, 16 de junho daquele ano, graças ao acolhimento que lhe deu Alvaro Lins, respeitável crítico literário do jornal, que ilustrou ainda o meu trabalho com clichê da cabeça de Machado de Assis, em ponto grande, produção artística a bico-de-pena, da lavra do festejado pintor carioca Armando Pacheco.

Mas, o meu livro "Carnaval Carioca... e outros flagrantes do Rio" foi na verdade, que me abriu as portas da cidadania carioca. Seu acolhimento lisonjeiro ficou registrado nas colunas habituais de crítica dos jornais e nas cartas por mim recebidas, podendo mencionar, do Rio de Janeiro, as apreciações de Santos Moraes, Mario Cabral, Alexandre Passos, Antenor Nascentes, Tasso da Silveira e Walfredo Machado.

De São Paulo escreveu a romancista Helena da Silveira, dizendo: "Sabrosa rapsódia, que sabe casar arcaísmos com a gíria popular, folclore com a poesia da história, erudição com percepção instintiva de coisas e momento".

De Porto Alegre se manifestou o historiador Olinto Sanmartin assim: "Um belo e estranho livro, tão cheio de espírito, de alegria e simultaneamente rico de vocabulário histórico, de imagens do passado e o rigor da atualidade carioca".

De Recife se pronunciou a jurista e homem de letras Gouveia Marinho, nestas palavras: "Páginas de vivo colorido onde o tema é versado com surpreendente originalidade, como a descrição do frevo pernambucano, tão real, tão palpitante".

De Curitiba, onde foram muitas as manifestações, falou o novelista Jayme Ballão Junior: "Obra cíclica, animada e pintada ao vivo: amor, galanteio, saudade, aventura, torneios feitiçaria".

Que dizer ainda neste apanhado? — Apenas, finalizando, que quarta-feira, dia 29 de agosto, às 15 horas, estarei recebendo no plenário da Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, em sessão especial, o título de "Cidadão do Estado da Guanabara".